

ENTREVISTA: THALES DE AZEVEDO

"A UNIVERSIDADE DA BAHIA TEM COISAS CURIOSÍSSIMAS"

O professor Thales de Azevedo nasceu em 1909, na Rua do Hospício, perto da Piedade. Menino, brincava no Largo Dois de Julho. Entre os seus companheiros de infância, o hoje senador, Nelson Carneiro. Nesta entrevista, dada a Maria Palacios, ele fala da sua educação, primeiro com uma professora particular, em casa, depois no Colégio Antônio Vieira, que era de jesuítas portugueses e estava no seu terceiro ano de funcionamento em 1914. A ênfase da entrevista é a experiência universitária do Prof. Thales, enquanto aluno do curso de medicina e professor - fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da "Universidade da Bahia", que é como ele até hoje chama a UFBA.

Católico, pai de oito filhos, entre eles a socióloga Maria Brandão e o arquiteto Paulo Ormindo, ele já trabalhou com Isaías Alves e Anísio Teixeira, entre outros.

Enquanto pintor, parece se sair muito bem com suas naturezas mortas, na delicada e difícil arte da aquarela. Cresceu na época que as pessoas ainda não cultivavam nem a praia, nem o futebol como lazer importante. Mas ao formar-se em Medicina, em 1927, já havia presenciado a primeira onda de destruição do casario colonial do centro de Salvador, na Sé.

Aos 88 anos, continua lúcido, como demonstra ao elencar os principais problemas da Universidade hoje; e corajoso, quando não teme em localizá-los dentro da própria academia, como poucos se atrevem.

E mais, o Prof. Thales de Azevedo concorda com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que não fornece licença para exercício profissional àqueles que, mesmo diplomados, não passaram pelos seus exames. "Todos os outros profissionais deveriam submeter-se a exames semelhantes", sugere o grande mestre baiano.

Casado com Dona Mariá desde 1932, o Professor Thales de Azevedo já publicou os seguintes livros: Gaúchos, 1943/1959; Povoamento da Cidade de Salvador, 1949/1955/1969; Civilização e mestiçagem, 1951; As Elites de Cor, 1955; Problemas Sociais da Exploração do Petróleo na Bahia, 1959/1960; Ensaios de Antropologia Social, 1961; Antecedentes do Homem, 1961; As Ciências Sociais na Bahia, 1964/1984; Cultura e Situação Social no Brasil, 1966; Italianos e Gaúchos, 1975/1982; Democracia Racial: Ideologia e Realidade, 1975; Igreja e Estado em Tensão e Crise, 1978; Italianos na Bahia e Outros Temas, 1989; Ciclo da Vida; Ritos e Ritmos, 1986 e A Guerra dos Párcos, 1991.

MP - Como era a Universidade quando o Sr. começou a sua carreira?

TA - Eu entrei como professor na Universidade, num período em que havia

várias escolas superiores de grande prestígio, particularmente a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Escola de Belas Artes.

O ingresso nessas unidades era baseado em concurso público, que era um ato formal em que se julgavam os candidatos pela natureza do trabalho que apresentavam nas suas teses e pelo modo como defendiam as idéias aí expostas, diante do argumento e da crítica dos examinadores. Porém, pela legislação da época, do Conselho Federal, os fundadores de cursos de escolas recém-criadas, que não tivessem antecedentes nesses quadros, ficariam dispensados do concurso, embora tivessem que ser selecionados por um critério rigoroso de indicação; por trabalhos anteriores; pelas inclinações reveladas em trabalhos realizados, em artigos escritos e em publicações.

De maneira que, quando o Dr. Isaías Alves criou a Faculdade de Filosofia da Bahia, que começou a funcionar em abril de 1942, ele tinha já um elenco de professores escolhidos por esses critérios. Ele havia consultado vários amigos, pessoas de crédito e de experiência na sociedade baiana, a respeito das possíveis aptidões dos primeiros escolhidos. Alguns eram já professores das Faculdades existentes: professores de Medicina, de Direito, de Engenharia, etc.. Outros eram gente nova, que se fazia indicar por suas inclinações reveladas em artigos de jornais, de revistas, de livros; em cargos ocupados e assim por diante. Acredito que eu tenha sido beneficiado por indicação possivelmente de Frederico Edelweiss. Eu havia pronunciado, no Ciclo Católico da Mocidade Acadêmica, uma palestra sobre a medicina dos índios brasileiros. Também havia escrito sobre os índios brasileiros, negando a existência de raças superiores e inferiores, na revista Mundo Médico.

MP - E nisso o Sr. estaria debatendo com Nina Rodrigues, não?

TA - Não, eu estava discutindo o trabalho de um médico do Rio de Janeiro, Dr. Américo Valério, que em um artigo publicado numa revista médica tomava partido a favor da existência de raças superiores e inferiores. Esse era o modo de pensar ainda vigente naquela época, decorrente das idéias científicas do momento, a respeito da miscigenação, da qualidade intelectual e das tendências psicológicas. Eu negava, em meu artigo, que houvesse raças inatamente superiores ou inferiores. Baseava meus argumentos nas leituras que fazia na biblioteca de Frederico Edelweiss, que era muito rica em etnologia brasileira. Ele deve ter sido uma das pessoas que me indicou para exercer a docência. De modo que foi assim que eu ingressei na Faculdade de Filosofia e comecei o meu ensino.

MP - Antes disso o Sr. havia se formado em Medicina?

TA - Bom, eu era diplomado em Medicina desde 1927.

MP - Como era o "vestibular" para a Faculdade de Medicina naquela época?

TA - O ingresso nas chamadas Escolas Superiores era determinado pela procura de uma profissão a exercer na sociedade local ou na brasileira em geral. Os baianos trabalhavam muito fora da Bahia, sobretudo os médicos.

Outros procuravam as Escolas Superiores também por vocação para o ensino. A turma em que me formei deu seis ou sete catedráticos da Faculdade de Medicina.

Eu, inicialmente, não tinha essa tendência nem essa preocupação, porém, no exercício da Medicina no interior da Bahia, e um pouco também na capital, dediquei-me à tarefa de escrever, de maneira que tenho vários artigos publicados em revistas médicas, nacionais e locais, sobre o tema do exercício da medicina.

MP - Mas quando o Sr. entrou na Faculdade de Medicina?

TA - Entrei em 1922.

MP - As opções para os jovens da época se restringiam à Medicina e ao Direito?

TA - Não. Havia Engenharia, e a Escola de Belas Artes também já estava aí. Mas a escolha da profissão era muito orientada pelos familiares. Tinha muito a ver com a tradição de família: de avós, de pais, de tios, de irmãos.

Aquilo influiu muito na decisão dos jovens. Às vezes a escolha se dava por opção pessoal. Naturalmente houve casos em que a pessoa discordava da família e preferia a Medicina ou o Direito, independente da coação ou da influência dos antecedentes. No meu caso, meu pai era farmacêutico porém filho de professor da Faculdade de Medicina e do Ginásio da Bahia. Os meus tios paternos eram médicos. Outro era agrônomo e outro, Bacharel. Todos de profissões liberais.

Por outro lado, a Farmácia do meu pai era frequentada por muitos médicos da época, sobretudo aqueles que atuavam ali, próximo à Igreja da Piedade.

MP - Os exames para as Escolas Superiores tinham alguma remota semelhança com os vestibulares de hoje em dia?

TA - Havia um curso chamado Preparatório, feito nos colégios secundários particulares e no Ginásio da Bahia, com professores de grande renome. Só dessa maneira ficavam legalmente reconhecidos os diplomas de curso secundário. O aluno tinha direito a fazer exame em quatro matérias escalonadas, legalmente, cada ano. Somente por uma exceção fazia mais que quatro matérias. Em geral, durante três ou quatro anos se fazia três ou quatro matérias a cada ano, mas segundo um escalonamento permitido pela lei. Depois disso, havia na Faculdade o exame de admissão. Era um exame que constava de prova escrita e oral, perante uma banca de três professores.

No caso de Medicina, a matéria principal era História Natural, que se relacionava com a Saúde Humana, com a Anatomia, com a Biologia e assim por diante. Além disso, havia o exame de Português, de História, de Geografia e assim por diante. Eu entrei na Faculdade de Medicina em 1922, mas me distanciei da minha turma porque neste ano meu pai havia falecido, e meu padrinho, que era chefe de um estabelecimento comercial, havia proposto à minha mãe que eu fosse trabalhar na casa comercial dele. Fiquei trabalhando

no comércio por um período de dois anos.

MP - O curso de Medicina, naquela época, era feito em quanto tempo?

TA - Em seis anos, e era ali no Terreiro.

MP - Um médico amigo meu, Ricardo Chemas, disse-me que na Biblioteca da Faculdade de Medicina havia verdadeiras preciosidades bibliográficas, livros raros do século XVII, etc., é verdade?

TA - Essa informação procede. Seu amigo tem toda razão. Aqui na Bahia havia duas grandes bibliotecas. Uma era a Biblioteca Pública, que era bastante rica. A outra, a Biblioteca da Faculdade de Medicina, que era muito geral, muito preocupada com a temática das idéias científicas do momento, com obras de cientistas da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, além de obras da Filosofia. As teses defendidas na Faculdade demonstram claramente isso. Além dos trabalhos publicados a respeito da biblioteca, existem catálogos, como o de 1910, que revelam a riqueza excepcional da biblioteca da Faculdade de Medicina. É verdade que ela foi prejudicada pelo incêndio que ocorreu na Faculdade em 1904. Mas era uma biblioteca notável. Além disso, havia o fato de que existiam, na cidade, editoras como a Catilina, por exemplo, que publicou obras de Ruy Barbosa, Clóvis Beviláqua e de autores estrangeiros. Essas editoras contribuíram muito para a vida cultural baiana.

MP - É verdade que na mudança da Faculdade de Medicina do Terreiro para o Vale do Canela, levaram somente os livros modernos, deixando as raridades no velho e abandonado prédio do Terreiro?

TA - No meu tempo ainda funcionava lá, mas já haviam começado as dificuldades com o estrago do prédio, as goteiras, as janelas abertas, os roubos, etc.. Além disso, muitas coisas foram vendidas pelos bedéis, pelos funcionários da Faculdade. Mas sobretudo o estrago era causado pela umidade e pelas goteiras, o que, daí em diante, se acelerou e piorou muito. Eu não acompanhei esse processo de mudança, porque já estava fora da Faculdade quando isso ocorreu, de maneira que não tenho informações a dar a esse respeito.

MP - Voltando ao início das suas atividades docentes, em 1942, como era estruturado o curso em que o Sr. foi ensinar?

TA - A Faculdade de Filosofia se interessava pelas Letras, pelas Ciências Sociais e pelas Ciências, a nível do ensino superior. É que, até então, as Ciências só eram ensinadas como auxiliares das carreiras técnicas. Como ciência propriamente ditas, não eram ensinadas. A Faculdade de Filosofia tomou a si essa tarefa, num período em que já existiam no Brasil algumas faculdades do mesmo tipo, e tínhamos como padrão a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Paulo, criada desde os anos trinta.

MP - Aqui na Bahia também se importou professores da Europa, como fez a USP?

TA - Não. A Faculdade de Filosofia da Bahia, como a maioria das Faculdades de Filosofia dos outros estados, valeu-se muito da chamada prata da casa.

Não tivemos os recursos que tiveram os cursos de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, de Armando Sales de Oliveira, tinha condições amplas de mandar vir professores do exterior, da mesma maneira que a Universidade do Rio de Janeiro, fundada por Anísio Teixeira em 1931, incumbiu Afrânio Peixoto de ir à França escolher professores. Na Faculdade da Bahia, utilizaram-se muitos médicos, bacharéis, padres, religiosos, artistas, pessoas assim.

MP - Fale-nos dos currículos desses cursos.

TA - Os cursos eram anuais e eram fixos. Os programas eram determinados pela Lei, como também as matérias de cada curso. Não havia matérias opcionais, como há hoje no sistema de crédito. Seguiam-se os cursos regulares, por 3, 4 ou 5 anos, conforme a Faculdade escolhida. Na Faculdade de Filosofia, os cursos eram de quatro anos: Geografia e História, Letras, Ciências Naturais, Matemática e Educação, todos com disciplinas estabelecidas pela Lei. Eu sempre ensinei, apenas no curso de Geografia e História, as matérias Antropologia e Etnografia do Brasil. Neste curso, tínhamos as matérias relacionadas com essas duas disciplinas, com o acréscimo da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia. Mas o melhor é consultar os anais da Faculdade de Filosofia da época. Nesses anais e arquivos encontram-se os escritos do Prof. Isaías Alves. Era por ocasião das aulas de abertura do curso, as quais ele pronunciava, que eram estabelecidas as metas e os rumos da Faculdade. Essas aulas inaugurais eram muito importantes. Esses anais são uma fonte privilegiada de informações a respeito da Faculdade de Filosofia, do que foram esses cursos e de que metas tentava-se alcançar. Eu creio que, nesse particular, o trabalho do Prof. Isaías Alves é fundamental, para se avaliar como esses cursos superiores foram criados na Bahia.

MP - Professor, em 1939, três anos antes de o Sr. começar a ensinar na Faculdade de Filosofia da Bahia, o número de universitários em todo o país era de 21.350 estudantes. Apesar da constante expansão do ensino em todos os níveis, que se dá a partir dos anos trinta, foi com a Reforma Universitária de 1968 que ocorreu o boom da expansão do ensino universitário no Brasil. Como era a Universidade pré-Reforma?

TA - Bom, até a Reforma, a Universidade era composta das faculdades existentes, agregadas sob o título de Universidade, com poucas unidades novas criadas. Aliás, a Universidade da Bahia foi pioneira, nesse particular, pois já tinha criado várias unidades novas, incluindo as Artes, o curso de Teatro, o curso de Dança, o curso de Música, cursos que as Faculdades do Brasil, em geral, não tinham.

A partir da Reforma, estabeleceu-se o regime de departamentos, sob a gerência apenas administrativa das Faculdades. O que ficou como unidade fundamental de cada curso foram os departamentos, a partir de 1968. Um modelo em grande parte copiado e induzido pelos EUA. Mal copiado, muitas vezes. Com relação à Faculdade de Filosofia, eu tive ocasião de objetar ao reitor Roberto Santos, porque se extinguíram muitas unidades de pesquisa existentes anteriormente, supondo que o Departamento, por si só, preenchesse essas finalidades, o que não se verificou.

MP - O Sr. se lembra de algumas dessas unidades que foram extintas com a Reforma?

TA - Aqui, na Universidade da Bahia, havia o Laboratório de Geomorfologia, o Instituto de Orientação Vocacional, o Instituto de Cultura Hispânica, a Casa da França, que eram atividades derivadas de cursos formais daquelas disciplinas, mas que preenchiam, fundamentalmente, a necessidade de pesquisa. Davam sentido e orientação à investigação nesses domínios. Tudo isso foi extinto. Foi exatamente para isso que chamei a atenção do reitor da época. Ele se espelhava muito nas Universidades Americanas, como se elas não tivessem cursos e institutos ligados aos cursos fundamentais. A Universidade de Colúmbia, por exemplo, tinha institutos de pesquisas sobre a América Latina, o Sudoeste Asiático, sobre problemas de arqueologia, independentes dos departamentos em que esses institutos fossem inseridos. Eu, por exemplo, tive ocasião de trabalhar na Universidade de Colúmbia, duas ou três vezes, nesses institutos, porém lotado no Departamento de Antropologia ou de Sociologia; quer dizer, a unidade básica administrativa fundamental era o Departamento, mas havia essas entidades anexas que desenvolviam temas particulares, com interesses próprios, e auxiliavam nos cursos, motivando o trabalho do professorado e dos alunos.

MP - Então a Reforma desorganizou a pesquisa na Bahia.

TA - Com a Reforma, praticamente desapareceram, pelo menos na Bahia, esses institutos de pesquisa. Isso prejudicou muito o trabalho científico na Bahia. Além disso, subdividiu-se extremamente a Faculdade. Enquanto em São Paulo, por exemplo, permaneceu a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, aqui na Bahia, se subdividiu a Faculdade de Filosofia em inúmeras Faculdades. Foi por muita luta minha, neste particular, que se conseguiu preservar, pelo menos, o nome da Faculdade de Filosofia com certos cursos; mas dela surgiram, com a Reforma, a Faculdade de Educação, o Instituto de Letras, o Instituto de Matemática, o Instituto de Geociências, separando cada pequeno curso, cada disciplina, formando uma nova entidade. Eu me bati muito nas comissões de Reforma Universitária pela manutenção, primeiro, da identidade da antiga Faculdade como Faculdade, como órgão coordenador de vários cursos; e, segundo, pela manutenção da unidade dos cursos anteriores. Mas não consegui, inteiramente. A tendência foi no sentido de dividir e dispersar. De maneira que hoje se faz o curso de Ciências Sociais, que não tem nada a ver com o curso de Letras ou com o de História e assim por diante.

MP - Essas subdivisões corresponderam, em algumas medidas, às antigas cátedras?

TA - Não. A cátedra era a unidade final dos cursos onde se completava a carreira universitária e determinava, naturalmente, a posição de um determinado professor. Ela orientava e designava a natureza de cada curso. O professor era catedrático de tal ou qual disciplina, e isso teve, naturalmente, um papel. A perturbação verificada, a partir da Reforma, foi que foram tirados da cátedra não só os privilégios, muitas vezes excessivos, que se tinha, mas

também, muitas prerrogativas. Em consequência, permitiu-se que pessoas com categorias muito inferiores passassem a ocupar posições que, anteriormente, só cabiam aos catedráticos.

MP - É verdade o que se diz até hoje que o catedrático era uma espécie de senhor feudal, com direitos absolutos?

TA - Até certo ponto, isso é verdade. O catedrático tinha privilégios muito grandes e um deles era escolher seus assistentes, associados. Isso revelava um arbítrio, que, muitas vezes, era inconveniente porque não obedecia a certos critérios de merecimento e de capacidade. Mas destruiu-se uma hierarquia e não se estabeleceu outra, que fosse seguida de uma maneira mais concreta. Somente as duas universidades estaduais paulistas é que foram mais fiéis a um tipo de regime, mantendo um escalonamento rigoroso da carreira universitária até hoje, o que não se observou em outras universidades. Infelizmente, a Bahia foi muito afetada pela rigidez do novo padrão implantado, de uma maneira estranha. Até houve uma certa resistência, mas essa resistência diminuiu muito porque a maior parte dos catedráticos se desinteressou do trabalho, em vista da perda de sua posição hierárquica.

MP - Hoje a ascensão funcional se dá por titulação e também por tempo de serviço. O Sr. acha que a ascensão funcional por tempo de serviço é responsável pela queda da qualidade do ensino na Universidade?

TA - Não. É que, por ocasião da Reforma, foram fixados nos cargos numerosas pessoas que não tinham dado mostra de sua qualificação, de sua capacidade. O regime de tornar efetivo, por força do exercício de um cargo, ao cabo de tantos anos, levou a efeito a efetivação de pessoas que até hoje não deram nenhuma prova de competência acadêmica; não publicaram trabalho de valor, que tenha sido reconhecido. Foram julgados, fundamentalmente, por estarem no cargo há muitos anos. Não passaram por provas de qualquer natureza. Esse foi um dos desdobramentos da Reforma. Outro foi o crescimento do número de alunos, que determinou a necessidade de professores, também em virtude da multiplicação das disciplinas.

Além disso, aqui, além de não se observar entre os professores universitários o lema da academia americana, "publish or perish" - publique ou morra - toma-se como títulos universitários peças que não têm o menor valor, como discursos, em vez de artigos, publicados em revistas de prestígio, ou livros bem recebidos pela crítica especializada. Eu não fiz concurso para ser professor da Universidade, mas a vida inteira tenho estado fazendo este concurso, procurando publicar alguma coisa de certa qualidade, demonstrando assim que não tinha de todo desmerecido o preenchimento da chamada cátedra.

MP - Quando da chegada da Reforma, quem eram os catedráticos mais notáveis da Faculdade de Filosofia?

TA - Em 1968, a lei permitia a quem tivesse mais de 65 anos e 25 anos de serviço aposentar-se. Eu estava nessa situação. Mas um grande catedrático era o Prof. Magalhães Neto, homem com crédito na Medicina, na Higiene e grande conhecedor da legislação universitária. Foi diretor da nossa Faculdade

e participou muito do Conselho Universitário, ao lado do Reitor Edgard Santos. Havia também os professores Júlio Seabra, Alexandre Leal Costa, José Valadares, Godofredo Filho e alguns, cujos nomes, assim de pronto, não me ocorrem. De qualquer modo, catedrático era uma pessoa que havia feito concurso para aquela cátedra. Concurso de livre-docência, ou concurso diretamente para catedrático. Mas, neste último caso, era preciso que a cátedra estivesse vaga. O escalonamento da carreira, antes da Reforma, era diferente. Entrava-se na docência como assistente de algum catedrático, escolhido ao arbítrio deste último, evidentemente. São os antigos assistentes que fazem, algum dia, concurso para livre-docentes. Era muito raro que alguém fosse de fora da Universidade para fazer o concurso para docente.

MP - O Sr. se aposentou em 1968, mas continua muito próximo à Universidade. Ou não?

TA - Eu continuei procurando contato com a Faculdade. Embora a legislação permitisse a contratação de aposentados, o reitor da época, não sei por que razões, considerou que eu não poderia ser contratado.

MP - Foi o Roberto Santos?

TA - Não. Foi o Lafaiete Pondé. Foi por isso que não pude participar do Mestrado que foi criado depois disso, ou na continuação da minha atividade. O meu sucessor, por indicação minha, foi o Prof. Vivaldo Costa Lima.

MP - Atualmente é legal e tem acontecido que professores aposentem-se e possam fazer concurso de novo para a Universidade. O que o Sr. acha disso, sobretudo à luz do fato de que a CAPES costuma fornecer bolsas de incentivo para que esses professores retardem por mais tempo seus pedidos de aposentadoria?

TA - Eu não tenho opinião a respeito, porque não tenho seguido de perto esse processo, mas acho um pouco estranho isso de concurso após aposentadoria.

MP - No período pós-Reforma, também operaram-se mudanças no estilo de atuação dos professores. Assim, a tendência é ainda a de substituição das aulas expositivas, consideradas autoritárias, por seminários, supostamente mais democráticos. Utilizava-se muito do seminário antes de 1968?

TA - O Seminário era uma coisa desconhecida entre nós. O normal, o comum, o habitual, era a aula expositiva. Entretanto, sempre houve, no Brasil, muita liberdade de parte do estudante de interrogar o professor, de pedir explicações, de maneira que isso completava as aulas. Pelo menos, na Faculdade de Filosofia as aulas sempre foram muito livres; contudo o seminário propriamente dito é uma coisa muito nova e, até onde alcancei, o que se faz aqui não é, verdadeiramente, seminário. O verdadeiro seminário supõe que cada participante tenha estudado aquele tema; que tenha domínio de uma obra científica ou de uma teoria, ou de uma doutrina, ou dos estudos sobre um episódio histórico, ou de uma instituição. Entre nós, o seminário consta, em geral, de uma exposição elementar do aluno, seguida de algumas perguntas. É um curso do tipo antigo e não passa disso.

Durante muitos anos, tive na Faculdade de Filosofia umas 110 reuniões

que eu chamei de Seminário de Antropologia. Não era um seminário formalmente estruturado, como o Prof. Gilberto Freyre, depois, organizou no Centro Joaquim Nabuco, em Pernambuco. No nosso caso, era uma oportunidade de os alunos terem contato com diferentes disciplinas apresentadas por professores visitantes ou professores da própria Faculdade e interrogá-los a esse respeito. Tivemos uma variedade extrema de temas e de disciplinas. Mas seminário, no sentido formal da palavra, nós não tínhamos. Há coisas tão estranhas... Eu até hesito em falar de coisas pessoais. Mas a Universidade da Bahia tem coisas curiosíssimas. Por exemplo, um título de professor emérito é dado, segundo o regimento, por indicação unânime de uma Faculdade. Entretanto, o regimento não diz se é por merecimento do trabalho da pessoa, o que significa que pode ser por qualquer razão, inclusive por simpatia, por estima, não mais pelo trabalho sério que consiga sobreviver à presença, ainda que brilhante, do professor em sala de aula. Mas há coisas muito estranhas na Faculdade de Filosofia. Ela nunca me convidou para ser parte da banca de nenhum concurso ou exame. Eu já examinei seis ou sete vezes na Universidade de São Paulo. Fui convidado para examinar o concurso para Professor Titular da Profa. Maria Manuela Carneiro da Cunha e da Profa. Jozildete Gomes Consorte da PUC de São Paulo, sem nunca ter sido catedrático lá. Na Universidade de São Paulo tomei parte no concurso de livre - docência de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Izaura Pereira de Queiroz, entre outros. Talvez eu não tivesse nem merecimento para participar dessas bancas, nem estivesse a altura dos outros membros delas. Mas acharam que eu merecia ser convidado. Aqui na Bahia, nunca mereci um convite. Raramente sou convidado a opinar numa tese de mestrado. Mas na Universidade de Colúmbia, Estados Unidos, tomei parte em dois doutorados. Um deles de Martin Reis, embora eu fosse somente professor visitante de lá.

MP - Se o Sr. por acaso, fosse fazer pesquisa na área de educação priorizaria que aspectos desse campo?

TA - Bom, não é minha área, mas algumas referências são fundamentais. O Barão de Macaúbas, Isaías Alves, sem esquecer as idéias originais de Anísio Teixeira ou nomes mais recentes, como Edvaldo Boaventura e Raimundo da Mata. Mas o que me preocupa muito mesmo é o modo como o estudante baiano estuda. Acho que hoje o aluno se satisfaz em reproduzir 15% do que ouve em sala de aula, na hora dos exames. Eles não têm um trabalho pessoal. Parece que não têm hábitos de estudo. Quando o Prof. Miguel Calmon era Reitor, encomendou ao Prof. José Arthur Rios uma pesquisa sobre os hábitos de estudo dos estudantes baianos. Os resultados desse trabalho, não sei por que razão, jamais foram divulgados. De qualquer modo, o sistema de apostilas e de capítulo de livros me parece um grande prejuízo, enquanto os nossos seminários pecam neste particular: o aluno nunca tem um domínio completo de uma obra ou de um autor, mas apenas de um tema privilegiado por algum autor. Nada como essa prática para favorecer a improvisação.

MP - Uma outra tendência que se tem observado, ultimamente, é o excesso de generosidade com as notas, de tal maneira que o estudante raramente é

reprovado, uma vez que consegue entrar na Universidade. Isso sempre foi assim ou é resultado da massificação do ensino, que se verifica a partir da Reforma?

TA - Bom, eu creio que a legislação, nesse particular, é também responsável pelo descuido, pois é a primeira a permitir índices muito baixos de aprovação em concursos. Enquanto, antigamente, eram utilizados critérios pessoais para julgamento, hoje os critérios são muito baixos. Eu fui reprovado numa cadeira na Faculdade de Medicina, a única reprovação que tive e, quando fui fazer a segunda época, o professor me disse: "Ah! Eu não sabia que você era neto do Dr. José Olympio". Mas o que se estabeleceu entre nós, ultimamente, isto é, o professor nunca reprovar o aluno, para não prejudicá-lo, é terrível também. É por isso que o aluno conta com sua aprovação final de qualquer forma. Basta matricular-se na Faculdade, depois de um vestibular enigmático, para garantir o título final na Faculdade onde se inscreveu. Além disso, é permitido guardar a matrícula por não sei quantos anos, de maneira arbitrária, enquanto o saber àquele respeito já se modificou. Acho que tudo isso está prejudicando muito o ensino no Brasil. Além disso, temos as interrupções dos cursos, provocadas pelas greves. Essas perturbações estão criando condições terrivelmente más para o ensino no Brasil. A prova disso são as dezenas e centenas de candidatos diplomados em faculdades os quais são reprovados em concursos por matérias elementares, como gramática. O que está se escrevendo em língua portuguesa no Brasil é qualquer coisa verdadeiramente calamitosa. De maneira que eu tenho uma visão muito desalentadora da educação, no Brasil hoje. Eu acho que o Brasil vai se tornar incapaz de se dirigir por si próprio, se continuar nessas condições, a não ser que o regime de concursos para docentes seja feito de uma maneira minimamente séria e compense essas faltas; o que acho difícil. Enquanto isso, o diploma não significa mais nada no Brasil. É um direito legal, que aliás é injusto, porque se equiparam escolas e cursos que não têm equivalência nenhuma. Ou seja, legalmente, para efeito de cargos públicos pelo menos, tanto faz você ter um diploma do Acre, do Amapá, da Bahia ou da USP, todos têm o mesmo valor legal. Por outro lado, os cursos são totalmente fechados. Um aluno não pode cursar uma disciplina que lhe interesse em Pernambuco, da mesma maneira que um professor de Sergipe não vem dar um curso na Bahia, nem um da Bahia vai dar um curso em Minas. A burocracia complica tudo. O intercâmbio entre universidades fica reduzido às reuniões anuais de determinadas disciplinas.

MP - O Sr. concorda que os conteúdos dos cursos, no Brasil, foram deslocados. Ou seja, o que era dado no primário agora é assunto da escola secundária; o conteúdo da escola secundária foi transferido para a graduação ou curso universitário, e assim por diante?

TA - Parece que sim. A escola elementar não cumpre mais as suas finalidades essenciais de ensinar a ler, escrever e contar. O aluno sai da escola primária praticamente analfabeto. Mal aprende a decifrar algumas coisas escritas, mas sem entender o que está lendo. Quando eu saí da escola primária, em 1914 ou 1915, eu já sabia muita coisa de Geografia, de Língua Portuguesa. O aluno

chega ao segundo grau ignorando muitas dessas coisas. Além disso, foi supresso o estudo do Latim, da Gramática e assim por diante. A Matemática elementar não ultrapassa da Álgebra, de maneira que ficou tudo muito precário, muito incompleto.

MP - Respeitáveis intérpretes da crise educacional brasileira, como o Prof. Simão Schwartzman e o Prof. José Arthur Giannotti, discordam fundamentalmente da opinião dominante de que o problema educacional brasileiro é de falta de dinheiro. O que o Sr. acha disso?

TA - Pois é, briga-se tanto por dinheiro e por verbas, como se fossem a coisa principal do ensino. E o desempenho do professor? E o desempenho do aluno? Afinal o material fundamental necessário a cada escola não é tão caro assim. São recursos mínimos que as escolas não têm: mapas, enciclopédias, dicionários, obras didáticas básicas. As escolas, normalmente, não têm bibliotecas, o que empurra os alunos, desnecessariamente, para a biblioteca pública, que passou a ser uma biblioteca escolar. Por isso, não há silêncio nem sossego nesses locais. Os alunos não têm disciplina de nenhuma natureza. O material fundamental que eles, às vezes, vão consultar na biblioteca pública, dicionários, enciclopédias, globos terrestres, etc. deveria estar na escola deles, que também os deveria treinar a usar bibliotecas públicas, e a respeitar o silêncio necessário ao trabalho de pesquisa em biblioteca.

MP - O Sr. disse, no começo da entrevista, que um dos grandes acervos bibliográficos da Bahia era o da Biblioteca Pública. Ele ainda o é?

TA - Não tenho um conhecimento muito próximo, mas, pelo que percebo, a biblioteca raramente tem tido a direção de alguém com dedicação. As obras se amontoam e se perdem. Eu sei, por exemplo, de uma Faculdade aqui na Bahia que, nos últimos anos, perdeu cerca de três mil títulos e não se verificou como é que isso se passou. Como é que isso acontece e nenhuma providência é tomada no sentido de apurar responsabilidades?

MP - Quando o Sr. trabalha aqui na Bahia qual a biblioteca que o Sr. utiliza, a sua própria?

TA - Eu trabalho muito com o que tenho dentro de casa, que é muito desorganizado, mas sobre o qual eu tenho pessoalmente um certo domínio. O que tenho organizado é a coleção de separatas, de folhetos, toda classificada por autores. Em cada caixa, a letra corresponde a cada autor, de maneira que, no dia em que esta coleção for para algum outro lugar, que idealmente eu destino à Faculdade de Filosofia, então já estará todo o material separado. Eu tenho livros aqui, no quarto, no porão. Nunca tive secretária, por isso meu trabalho não se desenvolve em condições ideais, pelo contrário, meu trabalho é muito penal, muito braçal.

MP - Por outro lado, há muito tempo não se ouve falar na criação de uma nova biblioteca, com exceção talvez da do jurista Orlando Gomes.

TA - Não. Pelo contrário. A Bahia tem perdido bibliotecas. A biblioteca de Américo Pires, que foi um jurista de grande valor na Bahia, ficou no Rio de Janeiro. Agora fala-se em trazer para aqui a biblioteca de Afrânio Coutinho.

Mas como isso virá para a Bahia? O que é que ela vai ser aqui? Aonde eia vai ser colocada? A biblioteca de Frederico Edelweiss, que é preciosíssima, está sepultada no Centro de Estudos Baianos, ali no Terreiro, não tendo relação nenhuma com a Biblioteca Central da Universidade.

Desde o tempo de Edgard Santos que me bato por um catálogo geral da Universidade da Bahia, para que seja possível, num meio tão disperso, encontrar um livro. A Biblioteca também não tem um catálogo das obras de seus professores. Assim, a Biblioteca Central da Universidade não saberia lhe informar, por exemplo, onde se encontram as obras de Jorge Novis. É claro que essas perturbações no funcionamento, que se dão com as greves frequentes, é uma das causas. É uma situação extremamente séria. A pesquisa na Bahia é muito penosa. Precisa-se adivinhar onde existe um livro. Para se estudar literatura brasileira é muito melhor ir a Yale ou a Harvard nos Estados Unidos, onde estão as coleções completas e atuais de tudo que se publica de bom, de mau e de ótimo no Brasil. A Universidade de Indiana, por exemplo, tem uma coleção de História do Brasil que o Brasil não tem. Quando eu estive na Universidade de Wisconsin, em 1959, já encontrei o livro de História do Brasil de Pedro Calmon, em sete volumes, que a Universidade da Bahia não tinha ainda. Porém, o mais grave, no caso da Bahia, é que não somente não se compram novos títulos, como não se tem conservado o que possuíamos. Foi uma desgraça o que aconteceu na Faculdade de Medicina, que tinha uma biblioteca rica, boa e tão variada, uma biblioteca de autoridade extraordinária e cuja maior parte de seu acervo está dispersa, desaparecida, destruída pela traça ou por outras coisas. Para não falar nos livros antigos de medicina que foram colocados embaixo de espessos vidros, no Memorial de Medicina no Terreiro, de tal maneira que voê não pode consultá-los. Isso é muito curioso.

MP - Mas os que estão sob proteção das caixas de vidro estão bem. A informação que tenho é que existem centenas de livros raros e preciosos sendo destruídos nas varandas e corredores do antigo prédio, hoje em ruína.

TA - Eu tenho o maior apreço pelas pessoas que organizaram aquilo, mas na verdade certas coisas são um pouco difíceis de entender.

MP - Professor eu queria voltar à questão das notas, da aprovação quase que compulsória dos estudantes universitários sem sequer um exame final. Isso foi sempre assim?

TA - Eu tenho a impressão de que é uma coisa mais recente. Antigamente, se reprovava, se chamava a atenção, se colocava o aluno em segunda época. Mas hoje, pelo que sei, não se reprova mais não. Evita-se todo conflito, todo choque com estudante, e qualquer atitude que possa gerar uma contestação da ação do professor que, por sua vez, tem como único objetivo comparecer para dar uma aula mais ou menos preparada, e daqueles, que não preparam coisa nenhuma, que vão para a sala de aula conversar. Eu, por exemplo, tive, por algum tempo, um diretor na Faculdade de Filosofia que se espantou muito ao saber que eu levava um esquema da aula que dava. Como se pode dar aula sem ter um roteiro da disciplina, da matéria? Bom, eu estou falando

demais.

MP - Não creio.

TA - Eu não sei. Mas é uma coisa muito complexa e eu não tenho competência para discutir toda essa temática. Mas há questões importantes. Por exemplo, eu sou contra a idéia de que as Escolas Normais devem ser desativadas, como estão sendo, de modo que a única possibilidade de formação de professorado elementar seja o curso universitário, que exige, por sua vez, um curso secundário formalmente completo, o exame vestibular, o acompanhamento de um curso de quatro anos, etc. Uma professora leiga jamais se candidatará a um curso desses. Eu ainda acredito no sonho de Anísio Teixeira, de uma Escola Normal adaptada ao seu meio. Em lugar desses teóricos cursos de Pedagogia e de Teoria Educacional dados por pessoas que nunca ensinaram na escola primária, um Curso Normal, voltado para as necessidades do meio ambiente onde a normalista vai trabalhar, seria muito mais eficiente. Mas, hoje em dia, parece que a preocupação com o fato de um curso ser nível universitário ou não é maior que com a formação do professor, propriamente dita.

É isso que tem perturbado a formação do professor primário. Precisamos de uma Escola Normal que tenha uma exigência menor da formação prévia do candidato, uma escola acessível a todo professor leigo e que o prepare para ensinar o mínimo de Linguagem, de Português, do vernáculo, as Matemáticas básicas, os elementos básicos de Geografia e História. Nesses estudos superiores preocupa-se muito mais com a tomada de posição política dos alunos que com a preparação propriamente dita.

MP - A questão do atrelamento dos níveis salariais das profissões ao fato de se ter ou não um diploma universitário parece ser muito mais forte no Brasil que em outros países. E, dentro do Brasil, é mais forte no setor estatal que no setor privado da economia. Quando é que começou essa prática aqui, o Sr. sabe?

TA - Essa atitude deriva muito desses movimentos ligados à formulação da Lei de Diretrizes e Bases e das reformas educacionais mais recentes, sobretudo aquelas reformas inspiradas por estes contatos com o programa norte-americano para o desenvolvimento. O Brasil se alienou muito, também, da cultura européia fundamental e tradicional. Perdeu-se muito contato com a cultura francesa e com a própria cultura portuguesa. Nós não sabemos nada de Portugal, hoje no Brasil. Nós estamos muito ligados a essas coisas que vêm de Colúmbia, ou não-sei-de-onde, traduzidas da maneira que vimos até agora.

MP - Então, a Reforma de 1968 implanta, no Brasil, o modelo norte-americano de universidade, transformando o modelo francês que prevalecia até então?

TA - Em certo sentido transformou. Primeiro, modificou o regime anual de cursos; depois introduziu grande quantidade de novas disciplinas, o sistema de créditos, sistema de habilitação em cursos de meses e não de anos inteiros e assim por diante. Foi uma modificação muito profunda e que alterou muito o funcionamento das antigas Faculdades.

MP - Um semestre que, de fato, não passa de quatro meses, não é?

TA - E interrupções que, de fato, nunca são compensadas; e se não se compensa uma interrupção de três semanas, não se mantém a seqüência do curso que se vinha dando. Arremata-se o curso como se pode, para poder continuar a matéria. Esses cursos de semestre, na verdade, não funcionam porque, além de tudo, há muitos dias santos, muitos feriados, muitas interrupções por várias causas. No final, o que se dá de aulas, nesse número formal de 180 dias de aula do Brasil, é uma pilhéria. Não precisávamos ser tão rígidos quanto os japoneses, que por sinal têm 230 dias de aula/ano. Mas, por outro lado, entre nós a permissividade é lamentável. Além das interrupções que são hoje tão frequentes, não é?

MP - Interessante isso: a semestralidade introduzida com a Reforma de 1968 é, ao meu ver, em parte, responsável pela tendência à superficialidade com que são tratados a maior parte dos temas na maioria das universidades brasileiras. E no entanto, ninguém questiona a semestralidade.

TA - É. Ela facilita muito os cursos. Antes da Reforma, se estudava Direito Civil, durante quatro anos, com um ou vários professores, mas certamente sob vários e inúmeros ângulos. Hoje, este conhecimento está disperso em uma série de disciplinas, supostamente especializadas e ensinadas, ou dadas às carreiras.

MP - De tal maneira que, quando a Ordem dos Advogados do Brasil passou a exigir o exame da Ordem, além do Diploma, para permitir o exercício profissional o Sr. não se assustou?

TA - Eu acho que é uma necessidade. Talvez devesse ser instituído para todas as outras carreiras.

Entrevista feita por Maria Palácios, jornalista e prof^a de História da Educação na FAEEBA/UNEB, no inverno de 1992, na casa do mestre, na Rua Manoel Barreto, na Barra.